

O BREVE SÉCULO XX: ERA DE EXTREMOS OU DE RETROCESSO?

DOMINGOS CAEIRO

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quanto mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre o período em que vive.

É assim que Hobsbawm escreve no prefácio da sua obra *Era dos Extremos*. Não deixa de ter razão, talvez só tivesse as ideias, mas o que é certo é que escreveu sobre esta mesma época sobre a qual afirmou não se poder escrever. Certamente, deve ter sido uma satisfação imensa poder transformar ideias em palavras. Da mesma forma, é sobre essas ideias e com palavras que se debruça o presente texto.

Eric Hobsbawm, na última obra da sua tetralogia sobre a sociedade contemporânea, reúne as duas guerras mundiais do século XX e o período entre guerras numa única "era de catástrofe", caracterizada pelas duas guerras, pela grande depressão dos anos 30 e por toda a brutalidade social desencadeada no período, inclusive as sequelas violentas da revolução Russa.

Talvez o maior mérito do livro *A era dos extremos* de Hobsbawm seja transmitir uma forte impressão da dimensão da catástrofe humana que foi o século XX. Catástrofe em relação às mortandades gigantescas, sem equiparação possível a qualquer período histórico anterior. Catástrofe em relação à desvalorização do indivíduo, ao qual, durante longos momentos do século, foram negados todos os direitos humanos e civis, que haviam sido arduamente conquistados durante o 'longo século' precedente: 1789-1914.

Aliás, a impressão de catástrofe é forte, justamente, porque o período histórico anterior ficou marcado em todas as mentes como o século que colocara a ideia de democracia e de progresso como inevitabilidade, não só em termos materiais, mas também em relação ao avanço das liberdades, apesar das monarquias e das forças conservadoras, que resistiam tenazmente desde a Revolução Francesa.

Hobsbawm incita à colocação de uma pergunta, que o seu livro não me parece conseguir responder: como foi possível chegar a isso? Como foi possível descer tanto na escala da civilização, apesar dos sucessivos avanços na direcção dos sistemas democráticos e de uma vitória tão gigantesca para as forças progressistas como a Revolução Russa de 1917? Hobsbawm não pretendia mesmo responder a tudo. Mas incitar o leitor a fazer perguntas 'dolorosas', já é um mérito inestimável.

O ano de 1917, explica Hobsbawm, pretendia ser o início da revolução mundial. E, desse modo, assim foi visto por milhões de pessoas, mesmo em países longínquos. Apesar disso, Hobsbawm acha que o mundo não estava preparado para uma revolução proletária naquele momento. É possível que seja uma suposição válida; e não é fácil provar o contrário. Mas cabe perguntar: será que algum dia haverá uma revolução que atinja imediatamente os principais países do mundo? Talvez o problema a resolver não seja o facto da Revolução de 1917 não se espalhar imediatamente pelo mundo, mas antes porque é que a chama da revolução proletária pôde ser tão rapidamente submergida pelas potências ocidentais e por uma vaga reaccionária mundial. Vaga que Hobsbawm mostra, detalhadamente, ser mais ampla que os movimentos baseados explicitamente no modelo italiano ou alemão de fascismo.

Em todo o caso, verificou-se concretamente que os bolcheviques ficaram isolados e encurralados numa revolução nacional, cuja preocupação passou a ser logo a simples sobrevivência. Facto consumado. Mas o problema aqui é que Hobsbawm faz uma ligação directa entre a sobrevivência da Revolução Russa e a sobrevivência de uma unidade política abrangendo todo o antigo Império Russo. Essa ligação só teria sentido na perspectiva de uma "revolução socialista num só país", caso em que o tamanho do país é uma questão vital. Hobsbawm, porém, parece não acreditar na viabilidade da revolução socialista só na Rússia. Então, seria o caso de fazer a distinção necessária: revolução mundial e sobrevivência da unidade do Império ex-czarista eram coisas diferentes e mesmo contrárias. Aliás, o governo bolchevique, na sua primeira fase, não pretendia impor-se sobre todo o ex-império. Nessa fase é que foram concedidas, sem conflito, as independências da Finlândia, da Polónia e dos Estados Bálticos, todos anteriormente províncias do Império Russo. Nenhum desses novos países se declarou socialista. Nem por isso, o governo bolchevique se achou na obrigação de impedir a sua independência.

Não perceber a contradição entre revolução e império levou alguns historiadores (Hobsbawm) a valorizar a disciplina bolchevique de modo acritico, misturando disciplina consciente e arregimentação cega, além de atribuir aos bolcheviques objectivos que estes não tinham antes de 1921. Manter o Império havia sido o objectivo central do Czar e da impotente burguesia russa (impotente, em parte, porque se submetia ao Czar e por amor ao Império) o que não era, nesse momento, o objectivo dos revolucionários.

Sem perceber isso, não se pode entender como foi possível que, após uma revolução da importância da de 1917 (que despertou na humanidade as imensas esperanças descritas por Hobsbawm, no capítulo doze), se tenha imediatamente seguido o mais profundo retrocesso político do século. Apenas a não-extensão da Revolução Russa não é suficiente para explicar isso. A Revolução Francesa terminou militarmente derrotada. Nem por isso deixou de exercer influências libertárias que as próprias monarquias contra-revolucionárias tiveram que levar em conta para sobreviver. Já no caso da Revolução de 1917, ocorre o contrário. Cerca de dez anos depois desce a mais negra noite de todos os tempos: é a "meia-noite do século", disse Victor Serge, sem que o partido que dirigira a Revolução Russa tivesse perdido o poder. Alguma coisa de muito essencial deve ter deixado de funcionar, sob a máscara de uma falsa continuidade política. E deve ter sido uma reviravolta muito mais grave e profunda que o Thermidor da Revolução Francesa.

As consequências disso fizeram-se sentir antes, durante e no fim da Segunda Guerra Mundial. Hobsbawm descreve os sofrimentos causados pela Guerra como mero resultado das próprias operações militares. Mas nem tudo foi resultado inevitável do simples uso do poder destrutivo disponível na época. Na Primeira Guerra Mundial não se viu acto tão sanguinário como o massacre de quatro mil prisioneiros polacos, por ordem de Estaline, em 1940. A Paz de 1945 repetiu as barbaridades da Paz de Versalhes (com aumento), apesar da participação da potência 'socialista' entre os vencedores de 1945. A maior parte dos deslocamentos de povos no fim da última guerra foi puro revanchismo, com carácter explícito de limpeza étnica. Por incrível que pareça, no fim da Primeira Guerra Mundial foi possível ver um "presidente burguês": Woodrow Wilson, dos EUA - ridicularizado por Lenine -, pregar uma paz sem anexações. No fim da Segunda Guerra Mundial, não houve voz contra o revanchismo. Treze milhões de alemães foram expulsos da Europa oriental e central, com o único objectivo de aumentar o *lebensraum* eslavo. Foram expulsos simplesmente pelo facto de serem alemães. É de Estaline a frase: "Um alemão só é bom, morto". Não disse "um nazista", disse "um alemão"! Assim, o que W. Wilson não havia conseguido em 1919 - ser levado a sério como campeão da democracia da autodeterminação dos povos - foi conseguido por Roosevelt e Truman sem muito esforço. Porque estes tinham como termo de comparação, a URSS, não mais a Rússia revolucionária dos tempos de Wilson.

Hobsbawm dá uma grande importância à depressão dos anos 30, como factor determinante dos rumos políticos da época. A depressão teria tido um papel decisivo em fazer da democracia "uma planta frágil", em muitos países, o que até tem um fundo de verdade. Mas não é possível entender completamente a fragilidade da democracia no entreguerras sem lembrar o progressivo afastamento entre a luta por liberdades democráticas e a luta pelo socialismo, praticado pela III Internacional desde o seu início. Essa prática - depois teorizada para

justificar o despotismo estalinista – fez com que um segmento importante do movimento operário deixasse de ser um baluarte contra os movimentos restauracionistas da ordem social, gerados pelo capitalismo em crise. Antes de 1914, ‘todo’ o movimento socialista fora também um movimento libertário. Além disso, para Hobsbawm, o impacto da depressão teria sido a grande força renovadora das ideias económicas da época, porque a depressão teria desacreditado o pensamento económico clássico, abrindo espaço para as políticas de regulação do capitalismo posteriores. Especialmente como fundamento desse descrédito da ortodoxia económica, no segundo pós-guerra, os ‘formuladores de decisões’, como diz Hobsbawm, passaram a ter preocupações centrais: obter uma distribuição do rendimento mais igualitário do que a normalmente desejada pelo capitalismo ‘puro’ e evitar grandes níveis de desemprego.

Hobsbawm deixa-se levar muito facilmente pela crença na racionalidade dos ‘formuladores de decisões’ das potências económicas. Ele chega ao ponto de chamar ‘reforma do capitalismo’ à adopção das políticas de pleno emprego e bem-estar social no segundo pós-guerra. Tal ‘reforma’ é definida por ele como ‘essencialmente uma espécie de casamento entre liberalismo económico e democracia social’.

Em situações de grande perigo social, os ‘formuladores de decisões’ instalados no poder, tendem fortemente a dividir-se entre dois tipos básicos de saída, conforme as suas inclinações pessoais: partir para o confronto com os movimentos reivindicativos ou partir para concessões. Ora, no fim da Segunda Guerra Mundial, o perigo para o capitalismo era uma realidade assustadora. Diferentemente do que ocorrera no período anterior, nenhum país em guerra da Europa ocidental, excepto a Grã Bretanha, conseguira manter de pé o aparelho de Estado. Todos os outros países beligerantes emergiram da Guerra com aparelhos de Estado improvisados, em que se misturavam instituições criadas pela resistência antifascista e instituições de emergência criadas pelos exércitos de ocupação. Em várias regiões, houve ‘zonas libertadas’ por *partisans* antes da chegada dos exércitos regulares. Tentar impor soluções de mercado ‘puras/ortodoxas’ naquela parte da Europa, naquela época, seria realmente contra-producente. Razão pela qual todos os economistas, com a tarefa de se dirigirem ao grande público, se tornaram subitamente humanistas sensíveis. Para explicar as suas mudanças de opinião, economistas antes conhecidos como empedernidos mastigadores de ‘factores de produção’, passaram a falar nas ‘tristes recordações’ da Grande Depressão. Mas as tristes recordações não explicavam tudo. ...

Hobsbawm observa, pertinentemente, que os resultados da Segunda Guerra Mundial retiraram a extrema-direita do cenário político por um bom período de tempo. No fim da Guerra só os ‘formuladores de decisões’ dispostos a fazer concessões, tinham voz e audiência. É isso que melhor explica por que foi tão fácil

fabricar um pacto aceitável entre trabalhadores e patrões, então promovidos à nova categoria de 'parceiros sociais'. Chamar a essas concessões "reformas do capitalismo" exagera o seu alcance e objectivos. As políticas de bem-estar social e pleno emprego do segundo pós-guerra foram uma resposta adequada a uma determinada situação política em que o sistema capitalista se encontrava extremamente fragilizado na Europa ocidental, ao passo que a oriental estava ocupada pela URSS. Mas mesmo nos EUA, cujo governo do Partido Democrata terminara a Guerra prestigiado, não havia condições para ignorar as esperanças da enorme massa mobilizada para a Guerra e que retornava na procura de um 'mundo melhor', que a propaganda oficial prometera durante todo o conflito. Por outro lado, em termos económicos, na Europa, partia-se de infra-estruturas destruídas, com os trabalhadores e toda a classe média, baixa e alta, reduzidos às rações alimentares distribuídas pelo Exército dos EUA. Quer dizer: as possibilidades de investimento eram aparentemente infinitas, com grande espaço para uma distribuição mais igualitária de rendimentos, sem renúncia a lucros (caso do Plano Marshall).

Hoje pode ver-se que aquela não era exactamente uma reforma do capitalismo, porque assim que as condições anormais deixaram de existir, o estado de bem-estar começou a ser atacado. E já nos anos 80, todos os economistas com 'clientes importantes' voltaram aos mesmos argumentos clássicos dos anos 20 e 30. Ou seja, voltaram simplesmente ao seu estado normal. Porque as democracias liberais parecem agora firmes – e os "formuladores de decisões", de momento, não estão a visionar a menor nuvem negra no horizonte à esquerda.

Talvez o menos conseguido do livro seja a falta de conclusões convincentes sobre o "socialismo real" e o colapso da URSS. Sem dúvida, é bastante boa a comparação que Hobsbawm faz entre a URSS e China, assim como a sua percepção de que o Estado burocrático chinês se mantém porque lançou as suas reformas sobre uma população maioritariamente camponesa. Mesmo assim, não é o caso de deixar passar sem retoque a opinião dos *media*, impressionada com a aparente estabilidade do regime chinês. E quanto às reformas de Gorbachev, a conclusão de que: "A URSS sob Gorbachev caiu nesse poço em expansão entre a *glasnost* e a *perestroika*", é muito pouco para explicar um colapso estrondoso que, por incrível que pareça, apenas cinco anos antes estava fora de qualquer previsão, mesmo por parte dos seus mais ferrenhos adversários.

Não há como fugir à impressão de que, a respeito da URSS, viveu-se um equívoco universal durante decénios. Seria preciso pelo menos tentar uma explicação que começasse a abordar esse equívoco, partilhado pela direita e pela esquerda, quanto ao carácter e, sobretudo, à viabilidade do "socialismo real".

Em certo ponto do livro, Hobsbawm parece reconhecer que o regime soviético era inviável:

A tentativa de construir o socialismo produziu conquistas notáveis - não menos a capacidade de derrotar a Alemanha na Segunda Guerra Mundial -, mas a um custo enorme e inteiramente intolerável, acabando por revelar uma economia sem saída.

As "conquistas notáveis", no caso, estão todas ligadas à industrialização da URSS, que chegou a projectar-se à condição de segunda potência industrial do mundo, partindo praticamente do zero no fim da Guerra Civil, em 1920. Entretanto, o facto de essa industrialização terminar num beco sem saída recoloca o problema da excelência do método escolhido ou de algum equívoco fundamental que deve ter havido nas suas origens; ou surgido nalgum ponto da sua edificação.

Para tentar uma primeira resposta, poder-se-ia inquirir se uma industrialização obtida a chicote pode ter vida longa. O senso comum já é suficiente para suspeitar que o chicote não é bom instrumento para desenvolver a criatividade. O chicote pode fazer a URSS alcançar momentaneamente o Ocidente, mas não ultrapassá-lo. A coerção desmesurada já continha os germens da estagnação tecnológica que levaria a URSS ao impasse mais tarde. Isso pode ser afirmado, mesmo que se queira aceitar o chicote como "motor" válido para a construção de algum "socialismo" monástico de baixo consumo. De qualquer maneira, no caso da URSS real, interessa ressaltar que o resultado alcançado foi provisório. A sua industrialização avançava inexoravelmente para um beco sem saída.

No entanto, apesar de reconhecer que o resultado final da industrialização estalinista foi a "economia sem saída", Hobsbawm mantém-se apegado à ideia de que a URSS não teria outro caminho a seguir nos anos 20-30:

Qualquer política rápida de modernização da URSS, nas circunstâncias da época, tinha que ser implacável e, porque imposta contra o grosso da população, impondo-lhe sérios sacrifícios, coerciva em certa medida.

A própria frase - "política (...) coerciva em certa medida" - deixa no ar uma questão: em que medida? Aquela medida de coerção foi correcta? Mais lógico, à luz do que sabemos hoje, seria dizer que talvez alguma coerção fosse inevitável "nas circunstâncias da época", porém a coerção estalinista provou ser incompatível com uma industrialização inovadora e sustentável a longo prazo. Ou, até mesmo, poderia continuar a aceitar que, em 1929, não houvesse um caminho muito diferente à disposição de Estaline, mas para ser coerente com sua própria conclusão final sobre a economia soviética, Hobsbawm deveria também lembrar que o governo da URSS tinha que encontrar um meio de dispensar a coerção "contra o grosso da população", o mais cedo possível, se quisesse manter a economia viável.

Sobra a impressão de que, a respeito da URSS, o discurso de Hobsbawm é, em parte, emotivo. Isso já transparecia fortemente na corroboração implícita das palavras de Oskar Lange (Arrighi: 1996):

Havia uma alternativa para a corrida indiscriminada, brutal, basicamente não planeada, ao primeiro plano quinquenal? Gostaria de dizer que havia, mas não posso.

Hobsbawm parece não se dar conta que Oskar Lange, um defensor da economia planificada, morreu em 1965, ou seja, morreu a tempo de levar consigo as suas convicções intactas. Os que morreram ou vieram a morrer depois de 1991 não têm mais esse privilégio, a não ser que, de 1989 em diante, tenham passado a circular de olhos vendados.

Além do mais, já antes do desabamento da URSS, surgiram novas informações sobre os anos 30, que O. Lange não chegou a conhecer. Informações que Hobsbawm mostra ter, ao sugerir veladamente que, somente para o Segundo Plano Quinquenal (1933-1937), poder-se-ia fazer uma estimativa de 16,7 milhões de mortos, vítimas da fome e da repressão. Isso é inferido da constatação do decréscimo da população da URSS no período do plano; informação classificada como secreta em 1938. Quer dizer: Estaline proibiu a divulgação das estatísticas demográficas do Segundo Plano Quinquenal porque estas depunham contra a sua "vitória econômica".

As informações que se têm hoje sobre os anos 30 são arrasadoras. Mesmo continuando a aceitar que a URSS não poderia dispensar a imposição de sacrifícios ao povo naquela época, sobram argumentos mais que suficientes para afirmar, em 1990, que aquela coerção foi de eficácia imediata altamente duvidosa, além de comprovadamente nefasta para o desenvolvimento futuro da URSS. Nessa questão da suposta necessidade histórica do estalinismo, talvez melhor seja deixar falar Moshe Lewin que, já na década de 60, tinha escrito em *La Paysannerie et le Pouvoir Soviétique*, na qual onde, após descrever detalhadamente a enorme perda de energia humana e de meios materiais gerada pelos zigue-zagues desastrosos de Estaline durante a colectivização da agricultura, conclui:

Se é certo que a industrialização devia acarretar mudanças profundas no campo, é falso, a nosso ver, imaginar que tais mudanças só poderiam ser feitas através daquela colectivização que a Rússia experimentou. Por que fazer do kolkhoz a única forma de exploração colectiva, quando as estruturas aldeãs sugeriam outras soluções? (...) Pretender que a liquidação da esquerda, adepta entusiasta da colectivização e da política antikulkak fosse uma pré-condição capital da industrialização futura e que essa liquidação devesse ser feita por um Estaline que, nessa época (1928-1929), sequer refletira sobre o que seria uma

política futura, significa sustentar uma teoria bem estranha. So é possível subscrevê-la aceitando outra teoria igualmente bizarra, que consiste em apresentar Estaline como um "deus ex machina", como o unico homem no Partido capaz de transformar a Russia em país industrial.

Paralelamente à sua apreciação sobre a economia da URSS, Hobsbawm vai passando uma ideia, igualmente afectada pelos seus sentimentos pessoais, sobre a legitimidade dos Estados erguidos em nome do "socialismo real". Os acontecimentos espectaculares do fim dos anos 80 e início dos 90, na Europa oriental e na URSS, dão larga margem a um questionamento da propria legitimidade dos regimes instaurados nessa parte do mundo.

A respeito da Europa oriental, Hobsbawm nota que as burocracias desses países procuraram retirar-se do poder discretamente (excepto na Roménia), "porque tinham visivelmente perdido a justificativa que mantivera os seus quadros comunistas no passado". A justificativa, no caso, era o "socialismo real", que só funcionava sob a tutela da URSS. Quando esta acabou, surgiu uma epidemia de amnésia na Europa oriental. De repente, os seus governantes não se lembravam mais de como tinham ido parar ali.

Para a URSS, a opinião de Hobsbawm é diferente:

Ao contrario de muitos estrangeiros, todos os russos sabiam bem quanto sofrimento lhes coubera e ainda lhes cabia (em 1953). Contudo, em certo sentido, pelo simples facto de ser um governante forte e legitimo das terras russas e delas um modernizador, ele (Estaline) representava alguma coisa deles proprios.

Parece-nos que depois de confundir sobrevivência da revolução com sobrevivência do Imperio Russo, Hobsbawm só podia confundir conformismo do povo com legitimidade do Estado estalinista.

A legitimidade do Estado soviético nasceu e ficou ligada até ao fim nos seus laços com a Revolução de Outubro. Esses laços deixaram de ter realidade efectiva já nos anos 20, porém todos os burocratas que liquidaram as esperanças de Outubro tinham consciência de que a legitimidade da sua dominação dependia daqueles laços. Por isso, mantiveram a farsa do "socialismo" enquanto puderam. Quando não puderam mais, foi um salve-se quem puder. Diante de todos os acontecimentos dos anos 80 e 90, pode-se afirmar que a brutalidade aparentemente absurda de Estaline decorria, em parte, da sua legitimidade precária. Só partindo dessa premissa se pode começar uma discussão séria sobre as hecatombes de Estaline, superando a mera lamentação humanitária, assim como o conformismo com a suposta inevitabilidade de um regime "implacável" naquela época e lugar.

Somente um regime de legitimidade precária pode desabar da noite para o dia sem que se manifestem forças sociais significativas em sua defesa. O grande argumento histórico pró-Estaline (lembrado por Hobsbawm) foi a sua vitória sobre Hitler. De facto, foi a vitória sobre os nazis que deu à burocracia do Kremlin a autoridade que lhe permitiu prolongar o seu regime até ao fim dos anos 80. Entretanto, uma visão mais detalhada nos grandes factos históricos é indispensável, para quem não se quer contentar com panegíricos.

A agressão hitleriana mostrou, desde o seu primeiro momento, uma face brutalmente racista e antieslava (não só anticomunista), que tornou impossível qualquer movimento de simpatia em relação aos invasores por parte dos povos da Europa soviética, excepto de alguns, não-eslavos, da área do Cáucaso. É inegável que o extremo reaccionarismo do comando nazi foi um factor favorável a Estaline; do mesmo modo que o extremo reaccionarismo dos "brancos" na época da Guerra Civil (1918-1920) fora um factor favorável aos bolcheviques. O racismo antieslavo do comando nazi facilitou a aglutinação dos russos, ucranianos e bielorrussos em torno do único Estado que parecia capaz de salvá-los da aniquilação completa. Estaline mobilizou o povo fazendo apelo basicamente ao patriotismo. Os operários escreviam sobre os tanques, antes de enviá-los para a frente: *za rodinu* (pela pátria). Se Estaline tivesse tentado mobilizar o povo pelo "socialismo" dos Planos Quinquenais, certamente ter-se-ia aniquilado. Não é por acaso, que o nome oficial da Segunda Guerra Mundial na URSS era 'Grande Guerra Patriótica'. E assim a Guerra foi entendida pelo povo. Isso permitiu qualificar a legitimidade ganha pelo regime com a vitória sobre a agressão nazi. O regime legitimou-se como defesa eficaz dos povos eslavos contra agressores externos. Quer dizer: obteve um novo tipo de legitimidade, mais restrito. Nem antes, nem durante, nem depois da Guerra, o "socialismo" de Estaline foi sentido como aceitável e legítimo pelos povos da URSS, eslavos ou não.

O próprio Hobsbawm ressalta o apoliticismo extremo do povo nos países do "socialismo real". Ora, o apoliticismo na URSS tinha um significado especial. Era o único país do mundo que não podia ter um povo apolítico. Porque era o único que tinha como meta oficial 'elevar o nível de consciência política da população', para isso restringindo a propaganda religiosa e instituindo um certo 'marxismo' como matéria obrigatória em todos os níveis de ensino. Sob tal ordenamento da vida cultural, o profundo apoliticismo do povo soviético valia como uma rejeição maciça do regime.

Então, as conclusões devem ser tiradas: o Estado soviético conseguiu legitimar-se? Sim. Porém, em primeiro lugar, conseguiu-o somente depois da Segunda Guerra Mundial e não para todos os povos da URSS; em segundo lugar, essa legitimidade parcial e diferente da pretendida originalmente não dizia respeito ao "socialismo real".

Diga-se, de passagem, mesmo pretendendo que o apoliticismo do povo soviético não seria evidência suficiente da legitimidade precária do seu Estado, as reacções nacionalistas que se seguiram ao desmoronamento do regime não deixariam margem para dúvidas: ao primeiro abalo da capacidade repressiva do Estado soviético (em particular a desarticulação da KGB, vitimada pela glasnost), a 'União' entrou em rápida dissolução, inclusive a união 'interna' da Rússia.

Esta última reflexão conduz-nos, no fim deste percurso, a uma derradeira questão, que decorre de um olhar retrospectivo sobre as grandes mudanças que afectaram o mundo e a sua história nos últimos anos: como será o mundo e em particular a Europa depois deste século, o mesmo é dizer, amanhã?

Como afirmou René Rémond, assistiremos, pela primeira vez, ao nascimento de uma civilização única para toda a humanidade e caminharemos para uma unificação progressiva ou, pelo contrário, para a perpetuação das divisões tradicionais e o aparecimento de novos antagonismos?

O desmoronamento do comunismo, a deslocação do bloco que se constituiu sob coacção, modificando radicalmente o mapa político e a relação de forças, restituiu à Europa possibilidades acrescidas de desempenhar um papel relevante. O centro das altas pressões já não está sobre Moscovo, mas sobre as democracias liberais. As capitais do leste voltam-se para o Ocidente e todos os estados recentemente emancipados, logo que recuperaram a sua autonomia, solicitaram a admissão no Conselho da Europa e estão a apresentar a sua candidatura a relações que desejam privilegiadas com a Comunidade Europeia e alguns pedem a sua adesão de pleno direito (Rémond: 1994).

De qualquer forma, seja qual for o futuro da construção europeia, impõe-se uma distinção que dita uma perspectiva mais justa das coisas: entre a Europa como potência, política ou económica, e a Europa como fonte de Cultura e como foco de civilização. Por muito diferentes que sejam, os dois aspectos sempre se confundiram. Como seria possível dissociá-los? Estão historicamente ligados: foi por dispor de uma superioridade material, técnica, militar, que a Europa inculcou nos outros os seus valores e as suas ideias. Também é verdade que os últimos acontecimentos nos Balcãs, mostraram que a Europa já não conta como grande potência, ainda que o seu peso pudesse ser por vezes determinante se se unisse para falar a uma só voz.

Poderá inferir-se daqui que a Europa cessou de existir como foco de civilização e deixou de exercer uma certa influência nos outros continentes? Pelo contrário, ideias, sistemas filosóficos, modelos de organização política, económica ou social, continuam a ser importados da Europa ou dos países que são seus herdeiros. Na ordem política, logo que alcançam a sua autonomia, todos os povos, assim como os respectivos governos, aspiram a criar Estados concebidos segundo o modelo do Ocidente, que foi quem o inventou. As próprias noções a que se referem, Estado,

nação, democracia, povo, foram elaboradas e experimentadas pela Europa. Os ideais de liberdade, de igualdade, de soberania, os princípios de governo, vêm também do Ocidente. O desmoronamento dos regimes Totalitários, em todo o mundo, deixa o campo livre à democracia liberal e pluralista, à filosofia dos direitos do homem que nasceram na Europa (Rémond: 1994).

No final do livro, Hobsbawm descreve a crise da própria economia capitalista. Ao lado de muita informação importante, Hobsbawm tira algumas conclusões temerárias. Como, por exemplo: "O triunfalismo neoliberal não sobreviveu aos reveses do início dos anos 90". Foi muito optimismo de Hobsbawm achar que o neoliberalismo se encontrava abalado em virtude dos sofrimentos que estava a causar à humanidade a partir de meados dos anos 80.

Infelizmente, a história não é um sistema de reflexos sociais perseguindo o caminho do menor sofrimento. Se fosse assim, não se teria conseguido descer aos abismos de repressão sanguínea atingidos durante o "breve século XX".

Sem dúvida, é de certo modo verdadeira a exposição do que Hobsbawm considera uma depressão económica comparável à dos anos 30, hoje estendendo-se em graus diversos no mundo inteiro (crises bolsistas e desmoronamento das economias asiáticas). Entretanto, Hobsbawm subestima a capacidade de cinismo dos economistas com acesso ao poder e aos grandes *media*. Para eles, o que se está a passar é apenas um processo "inevitável" de adaptação à "globalização económica". O sofrimento dos seres humanos não é parâmetro de avaliação dos resultados das políticas decididas pelos clientes desses economistas. E vai continuar sendo assim, enquanto reacções sociais de grande envergadura não obriguem os "formuladores de decisões" a reverem os seus parâmetros.

É verdade que o período sobre o qual Hobsbawm incide a sua análise mudou imenso. No início do século XX, os nacionalismos tornavam a cooperação internacional mais difícil, reforçando a noção de comunidade nacional como dona do seu destino. A democracia não tinha grande efeito sobre as características fundamentais dos Estados soberanos. A democracia, no sentido do governo representativo, baseado no sufrágio universal, tornou-se realmente uma ideologia e uma aspiração universal ao longo de todo o século XX. Regimes não democráticos são, agora, símbolos do fracasso político e atraso económico crónico.

As revoluções de 1989, no Leste Europeu, e as suas consequências levaram a uma ampla percepção do mundo actual como um mundo em que os Estados-nação estão a perder a sua capacidade de governabilidade e os processos de nível nacional estão a ceder a sua primazia aos processos globais.

Costuma-se dizer que estamos numa **era** em que a maior parte da vida social é determinada por processos globais, em que culturas, economias e fronteiras nacionais estão a dissolver-se. A noção de um processo de globalização económica rápida e recente é fundamental para essa percepção. Sustenta-se que uma

economia realmente global emergiu ou está em processo de emergência e que, nesta, as economias nacionais distintas e, portanto, as estratégias internas de administração económica nacional são cada vez mais irrelevantes.

A economia mundial internacionalizou-se nas suas dinâmicas básicas, é dominada por forças de mercado incontrolláveis e tem como principais actores económicos e agentes de troca, verdadeiras corporações transnacionais que não devem lealdade a Estado-nação algum e estabelecem-se em qualquer parte do mundo em que a vantagem do mercado impere.

Há uma certa verdade na afirmação segundo a qual a política nacional nos países avançados é cada vez mais uma política 'fria' (Hirst e Thompson: 1998). Já não se trata de uma questão de guerra e paz ou de conflitos de classes. Também não se trata de uma questão de mobilização de massas para esforços nacionais comuns de vida ou de morte, como ocorreram ao longo do 'breve século XX' e que Hobsbawm os analisou. Por isso, se considera que a política nacional torna-se como a política municipal, uma questão de oferecer serviços triviais. Assim, ao invés de outros períodos deste 'breve século XX', a energia esvai-se da política convencional e dos partidos estabelecidos, o cidadão desmotiva-se para participar nos actos democráticos e algumas elites e intelectuais deixam de ser atraídos por uma carreira política.

A política flui em direcção à política da moralidade - em questões como o aborto, direitos dos homossexuais, direitos dos animais e o meio ambiente. A política activista ou 'quente' pode ser exercida na sua antiga acepção sem receio de que esta vá desviar a atenção das questões nacionais vitais - pois essas são agora triviais.

Diante do colapso do socialismo de Estado e das lutas anti-imperialistas do Terceiro Mundo, a esquerda vê de certa forma na globalização a continuidade da realidade do sistema capitalista mundial, ao passo que a direita insiste numa retórica de futilidade das estratégias reformistas sociais nacionalistas. A esquerda pode estar enfraquecida, mas os reformistas também não podem declarar que possuem políticas pragmáticas e efectivas. A esquerda e a direita podem, assim, celebrar o fim da era Keynesiana. Estes argumentos têm alguma força. Não há dúvida alguma de que a importância e o papel do Estado-nação mudou visivelmente desde a era Keynesiana. Os Estados são menos autónomos, têm menos controlo exclusivo sobre os processos económicos e sociais dentro dos seus territórios, e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural.

Existem certas áreas em que o papel do Estado mudou radicalmente e, em consequência, enfraqueceu/declinou a sua capacidade de controlar os processos sociais e económicos internos.

Sabe-se que as comunicações digitalizadas - telefones móveis, internet, satélites, redes de computador, etc. - tornaram praticamente impossível por parte

do Estado o licenciamento e o controlo dos meios de comunicação, enfraquecendo não só as ditaduras ideológicas, mas também todas as tentativas de preservar a homogeneidade cultural pela força do Estado.

As comunicações modernas formam a base de uma sociedade civil internacional, povos que compartilham interesses, bem como associações que cruzam fronteiras. Os *media* internacionais também possibilitam que uma série de culturas cosmopolitas, de elite, de cariz popular, científicas e artísticas, estejam ligadas por meio de dispositivos comunicacionais à nível mundial, muito mais do que nacional. Essas culturas, desde as crianças que assistem às animações da Disney na televisão, até aos cientistas que trocam impressões através do **e-mail**, são indubitavelmente internacionais.

As "culturas nacionais" são simplesmente, partes de um conjunto de culturas em que os cidadãos participam com objectivos diferentes. As culturas cosmopolitas e nacionais interagem. As "culturas nacionais", que objectivam dominar a sociedade dos indivíduos, são crescentemente projectos de resistência ao mundo e dele se retiram. O nacionalismo introspectivo e o fundamentalismo cultural/religioso são políticas de perdedores. Esses nacionalismos e fundamentalismos realmente existem e continuarão a desenvolver-se, mas à medida que os seus projectos políticos têm êxito, eles têm o efeito de marginalizar as suas sociedades. Embora sejam respostas para o atraso económico, ao invés, esses nacionalismos reforçam-no. O mesmo acontece com os grupos sociais nas sociedades avançadas que reivindicam uma identidade distintiva, seja étnica, religiosa ou qualquer outra: condenam os seus membros à marginalidade social.

Embora tendo em atenção tudo o que atrás referimos, é evidente e inegável que a existência de línguas e religiões diferentes, como argumentou Kant, realmente garante a diversidade cultural. Tradições culturais locais distintas, continuarão a coexistir com as práticas culturais cosmopolitas. Entretanto, o que está ameaçado é a ideia de uma cultura nacional exclusiva e realmente auto-suficiente, da qual os indivíduos são simplesmente exemplares que compartilham a mesma língua as mesmas crenças e actividades.

Os Estados, em períodos bem vinculados do século XX, tentaram energicamente criar (nalguns casos com bastante êxito) essas culturas, através de sistemas comuns de educação nacional, serviço militar, enquadramento dos tempos livres, etc.. Os Estados, tentaram transformar os seus "cidadãos" em artefactos de si próprios, espécimes representativas da cultura nacional.

Em nome da liberdade individual, do bem estar socio-económico, dos valores do cosmopolitismo e da diversidade cultural, devemos pugnar para que os Estados sejam mais responsáveis nas suas políticas e, simultaneamente, reivindicar para que possam fazer menos coacção sobre as nossas imaginações e crenças.

Antes de terminar as palavras que corporizaram a breve análise do extenso livro de Hobsbawm, reafirmo tal como o autor, que "o velho século XX" não acabou

bem. Um mundo de riqueza e pobreza, um mundo rico que negocia cada vez mais consigo e com uns poucos novos países industrializados favorecidos, um mundo com diferenças aterrorizantes e enormes entre padrões de vida das nações mais ricas e das mais pobres, um mundo assim, não é provável que seja seguro ou estável. O novo século, que seja um mundo melhor, mais justo e mais viável. Reafirmar, ainda, que determinadas ideologias, nacionalismos e/ou fundamentalismos não alterarão a questão da pobreza ou da exclusão. No entanto, se o mundo tivesse de convergir para uma civilização comum, esta civilização deveria certamente muito às ideias que surgiram na Europa e às experiências realizadas desde há alguns séculos.

Bibliografia

- ARRIGHI, G., *O longo século XX*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996
- FURTADO, C., *O capitalismo global*, São Paulo, Paz e Terra, 1998
- GONÇALVES, R., *Globalização e desnacionalização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999
- GUIBERNAU, M., *Nacionalismos. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*, Rio de Janeiro, Zahar, 1997
- HIRST, P. e THOMPSON, G., *Globalização em questão*, Rio de Janeiro, Vozes, 1998
- HOBBSBAWM, E., *A era dos extremos: história breve do século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996
- LEWIN, M., *La paysannerie et le pouvoir soviétique*, Paris, Monton, (s.d.)
- REMOND, R., *Introdução à História do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1994
- TAVARES, M. C., *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997
- VIEIRA, L., *Cidadania e globalização*, Rio de Janeiro, Record, 1997